



Correspondência dos autores

 Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, SC - Brasil
enriquemuriel@gmail.com

 Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, SC - Brasil
renata.viana@edu.udesc.br

Narrativas de censura: cobertura da censura de livros em jornais brasileiros

Enrique Muriel-Torrado ¹ Renata Teodoro Viana ²

RESUMO

Introdução: A liberdade de expressão e o acesso à informação são dois pilares que sustentam uma sociedade democrática. No entanto, a censura, seja ela direta ou indireta, pode representar uma ameaça a esses direitos individuais fundamentais dos cidadãos. No contexto da imprensa e das mídias jornalísticas, especialmente em regimes ditatoriais ou autocráticos, a censura pode se manifestar de diversas formas, desde restrições governamentais explícitas até pressões econômicas e políticas que limitam a divulgação de informações e opiniões. Nos regimes democráticos, onde vigora a liberdade de expressão e o acesso à informação, a imprensa livre pode se tornar um grande aliado na divulgação e combate a tentativas de cerceamento desses direitos. **Objetivo:** Identificar como a censura de livros no país é retratada e discutida pela imprensa brasileira em matérias jornalísticas. Especificamente buscou-se identificar as matérias veiculadas nos principais jornais do Brasil sobre censura de livros; descrever os eventos apontados nessas notícias; e analisar como o tema foi apresentado e discutido nos casos que tiveram maior cobertura. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, documental e de abordagem qualiquantitativa, sendo os dados coletados por meio de matérias jornalísticas e submetidos à análise de conteúdo. **Resultados:** As matérias levantadas evidenciam que a censura de livros, seja motivada por conteúdo considerado impróprio para determinadas faixas etárias, por razões políticas ou ideológicas ou para preservação da privacidade, continua sendo um tema recorrente na sociedade brasileira. **Conclusão:** A pesquisa identificou desafios significativos relacionados ao acesso à informação jornalística e à abordagem superficial das notícias.

PALAVRAS-CHAVE

Censura de livros. Liberdade de expressão. Acesso à informação. Imprensa jornalística.

Censorship narratives: coverage of book censorship in Brazilian newspapers

ABSTRACT

Introduction: Freedom of expression and access to information are two pillars that support a democratic society. However, censorship, whether direct or indirect, can represent a threat to these fundamental individual rights of citizens. In the context of the press and news media, especially in dictatorial or autocratic regimes, censorship can manifest itself in several ways, from explicit government restrictions to economic and political pressures that limit the dissemination of information and

opinions. In democratic regimes, where freedom of expression and access to information are in force, the free press can become a great ally in disseminating and combating attempts to restrict these rights.

Objective: It aims to identify how book censorship in the country is portrayed and discussed by the Brazilian press in news articles. Specifically, we sought to identify the articles published in Brazil's main newspapers about book censorship; describe the events mentioned in these articles; and analyze how the topic was presented and discussed in the cases that received the most coverage. **Methodology:** This is an exploratory, documental study with a quali-quantitative approach, and the data was collected through newspaper articles and submitted to content analysis. **Results:** The articles collected show that book censorship, whether motivated by content considered inappropriate for certain age groups, for political or ideological reasons, or to preserve privacy, continues to be a recurring theme in Brazilian society. **Conclusion:** The research identified significant challenges related to access to journalistic information and the superficial approach of the news articles.

KEYWORDS

Book censorship. Freedom of expression. Access to information. Journalistic press.

CRedit

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Não aplicável.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Supervisão, Validação, Redação – rascunho original: MURIEL-TORRADO, E.; VIANA, R.T.; Supervisão: MURIEL-TORRADO, E.; Curadoria de Dados, : VIANA, R.T.
- **Imagem:** Acervo particular do autor

| 2

JITA: EF. Censorship.

ODS: 4. Educação de qualidade



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 05/09/2024 – Aceito em: 16/01/2025 – Publicado em: 14/02/2025

Editor: Gildeenir Carolino Santos

1 INTRODUÇÃO

A liberdade de expressão e o acesso à informação são dois pilares que sustentam uma sociedade democrática. No entanto, a censura, seja ela direta ou indireta, pode representar em ocasiões uma ameaça a esses direitos individuais fundamentais dos cidadãos.

No contexto da imprensa e das mídias jornalísticas, especialmente em regimes ditatoriais ou autocráticos, a censura pode se manifestar de diversas formas, desde restrições governamentais explícitas até pressões econômicas e políticas que limitam a divulgação de informações e opiniões. Por outro lado, em regimes democráticos, onde vigora a liberdade de expressão e o acesso à informação, a imprensa livre pode se tornar um grande aliado na divulgação e combate a tentativas de cerceamento desses direitos.

Em relação aos livros, a censura se faz presente desde a invenção da escrita (Báez, 2006) e acompanha a história do Brasil desde o período colonial, se tornando mais acentuada em períodos de regimes autoritários, como o Estado Novo e a Ditadura Militar, porém não deixando de existir em contextos democráticos.

Nos últimos anos, casos de censura de livros no país noticiados pela mídia vêm despertando a atenção da sociedade para o fenômeno, como a tentativa de censura à HQ “Vingadores: a cruzada das crianças”, na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em 2019, pelo então prefeito Marcelo Crivella, ou a recente repercussão das tentativas de retirada da obra de Jeferson Tenório, “O avesso da pele”, do acervo de escolas públicas em algumas cidades dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás.

Ao considerar que os meios de comunicação desempenham um importante papel na disseminação da informação e na formação de opinião, compreender como a mídia aborda a questão da censura de livros pode oferecer uma visão sobre seu comprometimento com a defesa da liberdade de expressão. Além disso, a forma como os eventos são narrados por esses veículos podem influenciar, de forma positiva ou negativa, a formação da opinião pública, moldando sua percepção sobre o tema e podendo trazer inúmeras consequências para a sociedade.

Espera-se que este estudo contribua para uma compreensão de como os casos de censura de livros são abordados pela imprensa jornalística.

O objetivo geral é identificar como a censura de livros no país é retratada e discutida pela imprensa brasileira em matérias jornalísticas. Como objetivos específicos, procura-se: a) identificar as matérias veiculadas nos principais jornais do Brasil sobre censura de livros; b) descrever os eventos apontados nessas notícias; e c) analisar como o tema foi apresentado e discutido nos casos que tiveram maior cobertura.

2 CENSURA DE LIVROS E A MÍDIA

A prática da censura atua no cerceamento da “autonomia sobre as escolhas de terceiros, em relação ao que lê, pensa, expressa e questiona, infringindo, desta forma, a liberdade intelectual” (Oliveira; Castro, 2017, p. 33), ao julgar subjetivamente o que considera bom ou ruim para a coletividade e querer determinar ou impor aos demais essa noção subjetiva do que é certo ou errado de modo a controlar o pensar e agir dos demais.

Uma das motivações de quem pratica a censura é a manutenção do *status quo*, seja de forma consciente ou inconsciente, cujo interesse estaria em preservar as coisas como “sempre foram” (um momento no tempo, que na verdade é apenas uma versão do passado, geralmente fictícia, que se consagra como uma verdade absoluta na mente do idealizador e dos seguidores), prezando pelo que é aceitável e tradicional, constituindo uma relação de poder (Oliveira; Castro, 2017).

A censura de livros demonstra que este é reconhecido como um meio democratizador e difusor de ideias, sendo que a atividade censória “é parte da prática de dominação através da

anulação dos discursos antagônicos” (Igreja, 2021, p. 138), com o objetivo de conter a pluralidade de ideias e garantir o controle e manutenção do poder.

Esse mecanismo de cerceamento de pontos de vista divergentes de modo a impor sua visão de mundo sobre toda a sociedade

se constitui em uma tradição que diz respeito não só ao autoritarismo de um governo que quer coibir críticas, denúncias e a oposição à sua ação política, mas também à cultura que se implanta subliminarmente no público espectador e na opinião pública em geral (Costa, 2017, p. 6-7).

Para Charaudeau (2013), as mídias são um suporte organizacional que se apropria das noções de informação e comunicação para integrá-las em suas lógicas econômica, tecnológica e simbólica, tornando-se objeto de atenção de diversas áreas, como a política, financeira, tecnológica etc.

A lógica simbólica das mídias consiste no serviço à democracia cidadã e “faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública” (Charaudeau, 2013, p. 21).

Individualmente, a opinião remete ao ponto de vista de uma pessoa, com base em um sistema de avaliação que “se refere a um modelo de comportamento social pelo viés de um sistema de normas o qual é sempre relativo a um contexto sociocultural” (Charaudeau, 2013, p. 123).

Em relação à opinião pública, a dificuldade em se estabelecer um conceito único reside na ênfase que é dada a determinados aspectos do fenômeno, fazendo com que a conceituação mude conforme a perspectiva, podendo ser relacionada a artigos, matérias e comentários que aparecem na mídia; a manifestações do povo nas ruas; a resultados de pesquisas de opinião; ou como sinônimo de moral, cultura ou sociedade (Figueiredo; Cervellini, 1998).

Devido a esta divergência, a noção de opinião pública deve levar em conta sua pluralidade e as diversas formas de se identificar seus fenômenos, designando várias coisas, já que a coletividade não tem uma forma única de se manifestar. Para Figueiredo e Cervellini (1998), a opinião pública possui 3 elementos:

- a) tem sua origem no debate público, em um processo de discussão coletiva;
- b) necessidade de expressão pública da opinião, por meio de explicitação de aspectos latentes de pensar dos indivíduos e, conseqüentemente, da sociedade;
- c) relevância do tema de modo a provocar uma discussão pública.

Com isso, a opinião pública pode ser entendida como “a expressão de modos de pensar de determinados grupos sociais ou da sociedade como um todo [...] a respeito de assuntos de interesse comum em um dado momento” (Figueiredo; Cervellini, 1998, p. 23-24). Isso faz com que ela esteja em constante construção e se apresente simultaneamente “fragmentada e homogênea, reativa e intimidada, autônoma e sob influência, isto é, numa forma plural: não uma opinião pública, mas várias opiniões públicas” (Charaudeau, 2016, p. 44).

Como afirma José Luis Sampedro, humanista espanhol,

o que chamam de opinião pública é uma opinião midiática, uma opinião criada pela educação e pelos meios de comunicação, ambos interessados no que interessa ao poder, porque o poder controla a educação e o poder controla os meios de comunicação¹ (Educados, 2011, tradução nossa).

A mídia ocupa um lugar de fala na sociedade que “lhe permite se colocar e se legitimar como instância representativa dos valores sociais” (Ferraz, 2014, p. 12), sendo seu papel de

¹ “Lo que llaman opinión pública es una opinión mediática, una opinión creada por la educación y por los medios, ambas cosas interesadas en lo que interesa al poder, porque el poder controla la educación y el poder controla los medios”.

representante da opinião pública conferido pela própria sociedade que autoriza seus discursos e legitima seu poder de construção, definição e transmissão de significados.

No âmbito da censura de livros, uma das formas de resistência se dá por meio da “ação da mídia livre e da liberdade de expressão de profissionais da leitura e dos textos, como escritores, jornalistas, professores e bibliotecários que indicam as absurdas e abusivas ações e tentativas de censura” (Andretta; Silveira, 2023, p. 21).

Isso reforça a importância e o papel de poder que a mídia ocupa na sociedade, bem como sua “vocação de responder a uma demanda social por dever de democracia. Justifica-se assim a profissão de informadores que buscam tornar público aquilo que seria ignorado, oculto ou secreto” (Charaudeau, 2013, p. 58), devendo exercer uma função de serviço em benefício da cidadania.

No Brasil, a censura de livros vem sendo abordada por diversos autores nos últimos anos (Cavalcanti; Pajeú; Bufrem, 2022; Dutra, 2021; Malta; Flexor; Costa, 2020; Souza, 2018). Também vem sendo objeto de estudo em relação a países democráticos, como Estados Unidos (Knox, 2019) e Austrália (Gunther, 2024) e em países onde há cerceamento da liberdade de expressão, trazendo exemplos de ambos contextos, como Andretta e Silveira (2023), que analisam casos no Kuwait, Brasil e Estados Unidos, e Dabaco (2024), que analisa casos em Hong Kong, Inglaterra e Canadá.

3 METODOLOGIA

Caracteriza-se como uma pesquisa exploratória conforme os objetivos traçados e trata-se de uma pesquisa documental quanto ao procedimento técnico. A abordagem da pesquisa é de cunho qualitativo, sendo os dados coletados por meio de matérias jornalísticas e submetidos à análise de conteúdo (Bardin, 1977).

Para o levantamento documental, em consulta ao sítio eletrônico do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)², obteve-se a lista dos 36 jornais auditados pela entidade, compilada no Quadro 1 (APÊNDICE A).

Para realização da pesquisa foram desconsiderados o jornal “Top of Mind”, por ser anual, e os jornais “O Amarelinho” e “Super Notícia”, por serem semanais, limitando-se, desse modo, aos de periodicidade diária. Após verificação de todos os jornais e respectivos links na página do IVC, constatou-se que alguns direcionaram para páginas gerais dos grupos midiáticos ou não foram encontrados, tendo sido localizados os links correspondentes por meio de busca nas páginas gerais/menus de navegação ou por meio do buscador Google, respectivamente.

Os sítios eletrônicos utilizados para cada jornal constam da Tabela 1. O jornal Aqui DF foi excluído da pesquisa, dado que o *link* constante da página do IVC remete ao endereço www.correioweb.com.br e não foi localizada qualquer menção para redirecionamento à página do jornal, nem encontrado o sítio eletrônico em pesquisa feita pelo buscador Google.

Desse modo, foram consultados 32 jornais brasileiros para realização do levantamento inicial. A pesquisa aos jornais foi realizada entre 27/02/2024 e 09/03/2024, utilizando-se como ferramenta o buscador Google com os termos: *site: endereço-eletrônico-do-jornal* “censura” AND “livro” AND “Brasil”, como estratégia de busca, já que os buscadores da maioria dos periódicos não ofereciam bons resultados. Não foi estabelecido recorte temporal.

Os resultados obtidos foram acessados individualmente, tendo sido utilizado o filtro “Notícias” quando o número inicial de resultados era superior a 300, e posteriormente sendo os resultados obtidos elencados por relevância. As matérias foram selecionadas com base no critério de serem referentes a casos de censura a obras específicas ocorridas à época da publicação ou a desdobramentos desses casos.

² Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/#/auditorias>. Consulta realizada em 27/02/2024.

Após o levantamento inicial, dos 32 jornais pesquisados, 19 foram selecionados para a análise. Dentre os excluídos, 3 (9%) não apresentaram nenhum resultado (Aqui MG, Na Hora H e Massa!) e 3 (9%) possuíam *paywall* em todas as matérias, impedindo o acesso aos conteúdos (Folha de São Paulo, O Globo e Valor Econômico). Além disso, 7 jornais (22%) não atenderam aos critérios estabelecidos, sendo 5 (16%) de acesso aberto (A Tarde, Folha da Manhã, Jornal A Gazeta, O Município e Pioneiro) e 2 (6%) com *paywall* (A Tribuna, com acesso permitido apenas às primeiras cinco matérias, e Folha de Londrina, com acesso restrito a matérias específicas).

Os resultados referentes aos 19 jornais estão compilados na Tabela 1:

Tabela 1. Resultados do levantamento dos jornais

Jornal	Sítio eletrônico	Nº resultados	Paywall	Selecionados
Correio Braziliense	correio braziliense.com.br	743. Filtro 'Notícias' = 268	Não	9
Correio do Povo	correio do povo.com.br	153	Sim (para matérias específicas)	1
Correio Cruzeiro do Sul	correio24horas.com.br jornalcruzeiro.com.br	169 306. Filtro 'Notícias' = 39	Não Não	10 1
Daqui	daqui.opopular.com.br	54	Não	2
Diário Gaúcho	diariogauchoclicrbs.com.br	33	Não	1
Estado de Minas	www.em.com.br	439. Filtro 'Notícias' = 214	Não	9
Extra	extra.globo.com	240	Não	15
Jornal da Cidade	sampi.net.br/bauru	277	Não	3
Jornal de Brasília	jornaldebrasil.com.br	576. Filtro "Notícias" = 38	Não	2
Meia Hora	meiahora.com.br	44	Não	2
Notícias do Dia	ndmais.com.br	205	Não	5
O Dia	odia.ig.com.br	245	Não	17
O Estado de São Paulo	estadao.com.br	2.630. Filtro "Notícias" = 1.360	Sim (acesso às primeiras 5 matérias)	4
O Popular	opopular.com.br	1.460. Filtro "Notícias" = 654	Sim (acesso às primeiras 5 matérias)	5
O Povo	opovo.com.br	597. Filtro "Notícias" = 236	Sim (para matérias específicas) ³	3
O Tempo	otempo.com.br	799. Filtro "Notícias" = 228	Não	10
Tribuna do Norte	tnonline.uol.com.br	125	Não	1
Zero Hora	gauchazh.clicrbs.com.br	248	Não	18
Total	N/A	4.830	N/A	118

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

As 118 matérias pré-selecionadas foram compiladas em planilha eletrônica, sendo analisadas por meio das seguintes categorias: Nome do jornal; Evento/local em que ocorreu a censura; Obra(s) censurada(s); Autoria(s) da(s) obra(s); Ano; Agente censor; e Motivação.

Após a leitura e análise das 118 matérias, constatou-se que 10 abordavam a censura de livros de modo geral (1 artigo de opinião; 2 retrospectivas sobre literatura em 2018 e 2019) ou

³ Algumas matérias redirecionam para o sítio www.mais.opovo.com.br, aparecendo mensagem de *paywall*, por ser de acesso exclusivo a assinantes do OP+.

em relação a biografias de modo geral (7 matérias, sendo 1 artigo de opinião), e apenas mencionaram as obras como exemplos no contexto da matéria, tendo sido desconsideradas.

Com isso, foram utilizadas 108 matérias para o corpus da pesquisa e elaboração do Quadro 1, tendo-se optado por compilar as matérias por evento, considerando que alguns tiveram grande cobertura jornalística, tendo sido reportados por diferentes veículos em mais de uma matéria no mesmo jornal e havendo um acompanhamento do desdobramento do ocorrido.

4 RESULTADOS

O Quadro 1 apresenta a compilação dos casos de censura de livros noticiados pelos 19 jornais utilizados, por meio das 108 matérias selecionadas, totalizando 25 eventos específicos (tanto em relação a uma única obra ou a um conjunto de obras).

Quadro 1. Eventos de censura de livros noticiados pelos jornais

(continuação)

Total	Jornal (nº matérias)	Evento/Local	Obra	Autoria	Ano	Agente Censor	Motivação
40	Correio Braziliense (4); Correio do Povo (1); Correio (4); Daqui (2); Estado de Minas (3); Extra (8); Jornal de Brasília (1); Notícias do Dia (2); O Dia (7); O Tempo (2); Zero Hora (6)	Fiscalização de obras LGBTQIAP+ na Bienal Internacional do livro (RJ)	Vingadores - a cruzada das crianças	Allan Heinberg e Jim Cheung	2019	Marcelo Crivella (Prefeito do RJ)	Conteúdo impróprio/inadequado para crianças/adolescentes; Conteúdo sexual para menores de idade
17	Jornal da Cidade (1); Meia Hora (2); Notícias do Dia (1); O Dia (3); O Estado de São Paulo (4); O Popular (3); O Povo (2); O Tempo (1)	Vídeo divulgado em rede social de diretora de escola em Santa Cruz do Sul (RS); Curitiba (PR); Goiânia (GO)	O Averso da Pele	Jeferson Tenório	2024	6ª Coordenadora Regional de Educação (RS); Núcleo Regional da Educação de Curitiba (PR); Secretaria de Estado de Educação (Seduc-GO)	Conteúdo impróprio para menores de idade; Conteúdo sexual e vocabulário de baixo nível
8	Correio Braziliense (1); Correio (1); Cruzeiro do Sul (1); Estado de Minas (1); Jornal de Brasília (1); Notícias do Dia (1); O Dia (1); O Tempo (1);	Processo Judicial	Suzane - Assassina e Manipuladora (Biografia)	Ullisses Campbell	2019 (início do caso)	Suzane von Richthofen (biografada)	Obra desabona a honra da biografada; não é de interesse público; e faz uso indevido da sua imagem, lhe trazendo um prejuízo irreparável
7	Correio Braziliense (1); Diário Gaúcho (1); Extra (3); O Tempo (1); Zero Hora (1)	Parecer emitido pelo Conselho Nacional de Educação - Brasília (DF)	Caçadas de Pedrinho	Monteiro Lobato	2010 (início do caso)	Conselho Nacional de Educação (CNE)	Conteúdo com expressões de cunho racista
5	Estado de Minas (1); Extra (2); Zero Hora (2)	Processo Judicial	Roberto Carlos em Detalhes (Biografia)	Paulo Cesar de Araújo	2007 (início do caso)	Roberto Carlos (biografado)	Invasão da privacidade do biografado

(continua)

4	Correio Braziliense (1); Correio (1); Jornal da Cidade (1); Zero Hora (1)	Ofício emitido pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia	Várias (43 obras)	Vários	2020	Secretário de Estado da Educação de Rondônia	Conteúdo inadequado/impróprio para crianças e adolescentes
3	O Dia (1); O Popular (2)	Vídeo postado por Deputado Federal de Goiás em rede social	Eu receberia as piores notícias de seus lindos lábios	Marçal Aquino	2023	Universidade e Rio Verde (Goiás)	Conteúdo pornográfico
2	Correio Braziliense (1); O Tempo (1)	Processo Judicial	O bandido que sabia Latim (Biografia)	Toninho Vaz	2013	Herdeiras de Paulo Leminski (biografado)	Trecho da obra considerado depreciativo à imagem do biografado e de seus familiares
2	Correio Braziliense (1); O Dia (1)	Fundação Cultural Palmares	Várias	Vários	2021	Presidente da Fundação	Obras de autores marxistas e socialistas e de cunho sexual
2	Correio (1); O Tempo (1)	Processo Judicial	Diário de Tremembé - o presídio dos famosos (Biografia)	Acir Filó	2019	Juíza da 1ª Vara de Execuções Criminais de Taubaté (SP)	Obra traz especulações da vida alheia e distorções da verdade
2	Estado de Minas (2)	Professora afastada de escola de Salvador (BA)	Olhos d'água	Conceição Evaristo	2021	Colégio Vitória-Régia (BA)	Vocabulário e temática da obra, considerada inadequada para a faixa etária
2	Correio (1); Tribuna do Norte (1)	Editora desiste de publicar a obra por considerar que iria contribuir para o <i>impeachment</i> da então presidente Dilma Rousseff	Quem você é esse?	Antônio Riserio	2016	Editora 34	Política/ideológica
2	Zero Hora (2)	Itamaraty veta publicação da obra por prefácio ter sido escrito por desafeto do chanceler Ernesto Araújo	Alexandre de Gusmão (1695-1753): o estadista que desenhou o mapa do Brasil	Synesio Sampaio Goes Filho	2019	Conselho Editorial da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)	Política/ideológica
1	Correio (1)	Secretaria de Educação de Santa Catarina	Várias (9 obras)	Vários	2023	Supervisor Regional da Educação e Integradora Regional de Educação	Não menciona a motivação

(continua)

1	Correio (1)	Processo Judicial	Lampião, o mata sete (Biografia)	Pedro de Morais	2012 (início do caso)	Neta do biografado	Trecho da obra aborda a sexualidade do biografado
1	Estado de Minas (1)	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)	Um útero é do tamanho de um punho	Angélica Freitas	2019	Moção de repúdio de deputados (SC)	Impróprio para adolescentes
1	Estado de Minas (1)	Vestibular do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa (MG)	Violetas e pavões	Dalton Trevisan	2012	Pais e professores de cursinhos preparatórios para o vestibular (MG)	Linguagem e temática consideradas impróprias para adolescentes / conteúdo sexual
1	Extra (1)	Processo Judicial	Companheiros - a hora e a vez dos metalúrgicos de Sorocaba (Biografia)	Carlos Araújo	2012 (início do caso)	Filha do sindicalista Wilson Fernando da Silva (um dos biografados)	Considerado vexatório à família de um dos biografados
1	Extra (1)	Processo Judicial	Música, ídolos e poder - do vinil ao download (Autobiografia)	André Midani	2010	Familiares de Enrique Lebendiger (citado na biografia)	Família da pessoa citada em trecho da obra não gostou do que foi escrito
1	O Dia (1)	Vídeo divulgado em redes sociais	Aparelho Sexual e Cia	Zep e Hélène Bruller	2018	Candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro	Obra estimula precocemente crianças a se interessarem por sexo
1	O Dia (1)	Processo Judicial	João Gilberto (Biografia)	Walter Garcia	2013	João Gilberto (biografado)	Biografado diz que obra contém reportagens desnecessárias sobre ele
1	O Dia (1)	Justiça do Rio de Janeiro	Minha Luta	Adolf Hitler	2016	33ª Vara Criminal do Rio de Janeiro	Obra incita práticas de intolerância contra grupos sociais, étnicos e religiosos
1	O Tempo (1)	Ameaça de processo judicial	Daniella Perez: biografia, crime e justiça (Biografia)	Bernardo Braga Pasqualett e	2022	Esposa de Guilherme de Pádua (citado na biografia)	Não quer que o citado seja mencionado na obra
1	O Tempo (1)	Ameaça de processo judicial	Mick - a vida selvagem e o gênio louco de Jagger (Biografia)	Christopher Andersen	2014	Luciana Gimenez (citada na biografia)	Não quer ser citada na obra (na versão brasileira, os trechos foram excluídos)

(conclusão)

1	Zero Hora (1)	Penitenciárias do Estado de São Paulo	Várias (12 obras)	Vários	2020	Diretor Executivo da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso (FUNAP)	Uma das obras não atendia ao que era esperado para a população atendida pela Funap (não foi informada qual obra e por quê)
---	---------------	---------------------------------------	-------------------	--------	------	--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

5 DISCUSSÃO

A seguir serão analisados os casos que tiveram maior cobertura (com mais de 5 matérias no total), sendo que os que tratavam de obras biográficas foram agrupados, devido ao gênero das obras e à similaridade no *modus operandi* dos censores, por meio da judicialização.

A obra que obteve mais cobertura pelos jornais analisados foi “Vingadores - a cruzada das crianças”, de Allan Heinberg e Jim Cheung, totalizando 40 matérias. O caso teve início quando o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, publicou um vídeo em rede social informando que havia determinado a fiscalização e o recolhimento de obras comercializadas na Bienal do Livro que tratassem da temática LGBTQIAP+ e que não estivessem lacradas e com aviso sobre o conteúdo.

A justificativa utilizada foi que o conteúdo era impróprio para menores e, desse modo, a apreensão visava proteger as crianças, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual estipula que “revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo” (Brasil, 1990, art. 78).

Tal dispositivo legal não especifica o que seria considerado “material impróprio ou inadequado”, no entanto, o discurso do prefeito deixa claro que a obra se encaixa nesse quesito por apresentar um casal homossexual, mas não quando outras obras remetem à heterossexualidade, o que provocou a mobilização de parcelas da sociedade contrárias ao seu posicionamento.

A divulgação de um famoso *youtuber*, Felipe Neto, em suas redes sociais, de que iria distribuir cerca de 14 mil exemplares de livros com temática LGBTQIAP+ durante o evento contribuiu para a grande repercussão do caso e o acompanhamento de seus desdobramentos pela mídia, sendo que das 40 matérias, 17 mencionam ou dão destaque para a sua atuação.

Ao analisar as matérias, foi constatado que:

- a) 2 (Jornal de Brasília e O Tempo) possuem conteúdo igual e remetem a fonte ao Estadão Conteúdo⁴;
- b) 1 (Notícias do Dia) remete a fonte ao Estadão Conteúdo;
- c) 3 (Zero Hora, Correio Braziliense e Correio) consistem em artigo de opinião;
- d) 2 (Notícias do Dia e Daqui) possuem conteúdo igual e remetem a fonte ao Estadão Conteúdo;
- e) 1 (Correio Braziliense) remete a fonte ao Estado de Minas;

⁴ O Estadão Conteúdo fornece conteúdos variados para ampliar sites, intranets, extranets, etc. (Estadão Conteúdo, 2024). Pertence ao Grupo Estado, conglomerado de mídia do qual também faz parte o jornal O Estado de São Paulo (conhecido por Estadão), a Agência Estado, a Rádio Estadão e a OESP Mídia (Agência Estado, 2024).

- f) 2 (Zero Hora) remetem a fonte ao Folhapress⁵; e
- g) 1 (Daqui) remete a fonte ao Estadão Conteúdo.

A obra “O Avesso da Pele”, abordada em 17 matérias, também foi alvo de censura após a divulgação de vídeo em rede social pela diretora de uma escola em Santa Cruz do Sul (RS) em que critica a aquisição e distribuição da obra pelo Ministério da Educação (MEC) por conter trechos que considera impróprios para os alunos do ensino médio (público com o qual a obra seria trabalhada e que havia sido aprovada pela própria diretora) e pede o recolhimento dos exemplares.

Com a repercussão do vídeo, a 6ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) determinou a retirada dos exemplares das bibliotecas escolares até manifestação do MEC (posteriormente suspendendo a ordem por orientações da Secretaria da Educação, a qual está vinculada), além de desencadear outras decisões de recolhimento dos exemplares pelo Núcleo Regional da Educação de Curitiba (NRE-Curitiba), vinculado à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), e pela Secretaria de Educação de Goiás (Seduc-GO), para avaliação da obra.

Ao analisar as matérias, foi constatado que:

- a) 1 (O Tempo) remete a fonte ao Estadão Conteúdo;
- b) 1 (Jornal da Cidade) remete a fonte ao Folhapress;
- c) 3 (Meia Hora, O Dia e O Povo) possuem conteúdo igual e remetem a fonte à Agência Brasil⁶;
- d) 1 (O Popular) remete a fonte ao Projeto Comprova⁷;
- e) 2 (O Dia e O Povo) possuem conteúdo igual e remetem a fonte à Agência Brasil; e
- f) 2 (O Estado de São Paulo e Meia Hora) possuem conteúdo igual e remetem a fonte ao Estadão.

Dos 25 casos, dez se referem a obras biográficas. Em todos eles, o modo utilizado para tentativa/impedimento de publicação ou comercialização das obras (caracterizando censura prévia) é por meio de ameaça ou realização de processo judicial contra os autores e/ou editoras.

Essa forma de controle de conteúdo por meio de processos judiciais tornou recorrente no país casos de restrição de obras de interesse público, sobretudo biografias, em prol da defesa dos direitos individuais, em especial da privacidade (Scabin, 2018).

Em muitos desses casos, os biografados ou seus familiares se baseiam nos artigos 20 e 21 do Código Civil, os quais dispõem:

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

⁵ Folhapress é uma agência de notícias brasileira pertencente ao Grupo Folha, a qual disponibiliza, por meio de licenciamento, reportagens, colunas e artigos de opinião para veículos de mídia, editoras, agências e produtoras, referentes a diversas áreas, como política, economia e cultura (Folhapress, 2024).

⁶ Agência Brasil é uma agência pública de notícias pertencente à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a qual produz cobertura de temas no cenário nacional e internacional, em áreas como política, economia, ciência, cultura, etc. e cujo conteúdo pode ser reproduzido sem custo, desde que a fonte seja citada (EBC, 2024).

⁷ O Projeto Comprova é uma iniciativa que reúne 42 veículos de comunicação brasileiros (dentre eles, o jornal O Popular) que investiga assuntos que estão em evidência na internet (Comprova, 2024).

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma (Brasil, 2002).

Por outro lado, o argumento utilizado pelas defesas dos autores/editoras possui respaldo na Constituição Federal de 1988, a qual veda a prática da censura e assegura o direito à liberdade de pensamento e expressão (Brasil, 1988, art. 220).

Ao analisar as matérias, foi constatado que:

- a) das 8 referentes à obra “Suzane - Assassina e Manipuladora”, 2 (Jornal de Brasília e Correio Braziliense) possuem conteúdo igual e remetem a fonte ao Estadão Conteúdo e à Agência Estado, respectivamente, e 3 (Correio, O Tempo e Cruzeiro do Sul) possuem conteúdo igual, sendo que O Tempo e Cruzeiro do Sul remetem a fonte ao Estadão Conteúdo (o Correio não faz nenhuma referência);
- b) das 5 referentes à obra “Roberto Carlos em Detalhes”, 2 (Extra) remetem a fonte ao Fantástico (TV Globo) e ao O Globo Online, e 1 (Zero Hora) remete a fonte à Agência Brasil;
- c) as referentes às obras “Companheiros - a hora e a vez dos metalúrgicos de Sorocaba” (1) e “Música, ídolos e poder - do vinil ao download” (1), ambas do jornal Extra (pertencente ao Grupo Globo), remetem a fonte ao jornal O Globo; e
- d) a referente à obra “Daniella Perez: biografia, crime e justiça” (O Tempo), remete a fonte à Folhapress.

Outro caso, abordado em 7 matérias, se trata da obra “Caçadas de Pedrinho”, de Monteiro Lobato. O debate gira em torno de a obra conter ou não trechos considerados racistas e se deveria ser retirada da leitura em sala de aula ou trabalhada pelos professores de forma a contextualizar a época em que foi escrita (1933).

Essa forma de “revisão” de obras produzidas em outros contextos sócio-históricos, de modo a eliminar termos e expressões que possam ser considerados ofensivos e se adequar a uma conformidade ideológica em prol do politicamente correto parece ser uma tendência no cenário internacional, conforme apontam Córdón-García e Muñoz-Rico (2023).

Ao analisar as matérias, constatou-se que:

- a) 2 (ambas do jornal Extra) remetem a fonte a O Globo e à Agência Brasil.

Em relação aos demais eventos, após análise das matérias, constatou-se que:

- a) das 4 referentes ao ofício emitido pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia contendo lista com 43 obras a serem recolhidas das bibliotecas escolares do estado, 2 (Jornal da Cidade e Zero Hora) possuem conteúdo igual e remetem a fonte à Agência Brasil;
- b) a referente ao ofício emitido pela Secretaria de Educação de Santa Catarina contendo lista com 9 obras a serem recolhidas das bibliotecas escolares do estado (Correio) remete a fonte ao Estadão;
- c) a referente à obra “Aparelho Sexual e Cia” (O Dia) remete a fonte ao Estadão Conteúdo; e
- d) a referente ao veto de uma lista de livros do programa Remissão em Rede, projeto de estímulo à leitura voltado para penitenciárias do estado de São Paulo (Zero Hora), remete a fonte à Folhapress.

Diversas matérias remetem a fontes diferentes dos veículos ou agências de informação que os publicaram, como o Grupo Estado - neste incluídos Agência Estado, Estadão e Estadão Conteúdo (15), Agência Brasil (9) e Folhapress (5). Isso sugere que a cobertura dos casos de censura é frequentemente baseada em agências de notícias e serviços de conteúdo compartilhado, indicando uma certa ausência do trabalho investigativo e consequente uniformidade na informação veiculada

CONCLUSÃO

O acesso à informação e a liberdade de expressão são fundamentais para a existência de uma sociedade democrática. E a atuação da imprensa perante a censura de livros é chave para que tais princípios sejam resguardados, cobrindo e divulgando casos de censura, contribuindo para a promoção de um debate democrático sobre o cerceamento do acesso livre à informação e à pluralidade de ideias e para a formação da opinião pública acerca do tema.

As matérias jornalísticas levantadas evidenciam que a censura de livros, seja motivada por conteúdo considerado impróprio para determinadas faixas etárias, por razões políticas ou ideológicas ou para preservação da privacidade, continua sendo um tema recorrente na sociedade brasileira.

A pesquisa identificou desafios significativos relacionados ao acesso à informação jornalística. Por um lado, pela dificuldade de buscar notícias diretamente nos sites dos jornais e a necessidade de usar buscadores externos refletem o impacto da imediatez na sociedade da informação, onde a atualidade é priorizada, muitas vezes em detrimento da profundidade. E por outro, quanto aos muros de pagamento (*paywall*). Os modelos de negócio dos jornais são amplamente discutidos, mas é uma realidade que a barreira econômica é problemática em contextos como o brasileiro.

As restrições de acesso a determinados jornais, que exigem assinaturas e/ou bloqueiam a visualização total de seu conteúdo para não assinantes, comprometem a capacidade dos cidadãos de se manterem informados. Ambos os desafios afetam na recuperação de informação, a preservação da memória histórica dos acontecimentos, impedindo que os cidadãos acessem notícias relevantes do passado, e pode contribuir para a desinformação, ao impossibilitar a checagem dos fatos por meio dessas matérias.

A abordagem das mídias jornalísticas nas notícias parece estar focada na atualidade, sem se aprofundar muito ou investigar além do que a informação descreve. Essa superficialidade pode resultar em lacunas na cobertura e em uma percepção incompleta dos eventos por parte do público.

Se a importância dos jornais é inquestionável, seu silêncio também pode ser revelador, como no caso de Santa Catarina, onde nenhum jornal publicou notícias sobre a censura de "O Avesso da Pele" em Florianópolis (A professora, 2024), apesar de sua relevância e da repercussão que o caso teve no país, quando a obra foi censurada em escolas dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás. Esse exemplo destaca a necessidade de mecanismos de denúncia que permitam a fiscalização adequada da censura e a transparência sobre os motivos concretos dessas ações.

A pesquisa revela a complexidade e os desafios associados à cobertura da censura de livros pela imprensa brasileira. É necessário que a imprensa seja mais vigilante e comprometida com o seu papel participativo na defesa da liberdade de expressão e na construção da opinião pública, por meio de uma cobertura mais abrangente e crítica, contribuindo para a resistência contra a censura de livros, ao propiciar o acesso à informação, incentivando o debate público e fortalecendo os valores fundamentais de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

A PROFESSORA censurada. [S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (50 min). Publicado pelo canal Enrique Muriel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=neXZp1O3y68>. Acesso em: 29 jul. 2024.

AGÊNCIA ESTADO. **Sobre**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.broadcast.com.br/sobre/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ANDRETTA, P. I. S.; SILVEIRA, J. P. B. As formas de resistência à censura aos livros na atualidade. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 28, n. Dossiê Especial, p. 1–29, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e90814>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm#art2044. Acesso em: 10 jul. 2024.

COMPROVA. **Sobre o Comprova**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://projecomprova.com.br/about/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

CORDÓN-GARCÍA, J. A.; MUÑOZ-RICO, M. No leer: las nuevas formas de censura en el circuito bibliográfico y editorial. **Anuario ThinkEPI**, [S. l.], v. 17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/thinkepi.2023.e17a20>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CAVALCANTI, M. M.; PAJEÚ, H. M.; BUFREM, L. S. Produção científica brasileira em ciência da informação acerca do tema censura: uma aproximação temática. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 301-319, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n1p301>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CHARAUDEAU, P. **A Conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788572449601/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

COSTA, M. C. C. Isto não é censura – a construção de um conceito e de um objeto de estudo. *In*: COSTA, M. C. C. (org.). **Privacidade, sigilo e compartilhamento**. São Paulo: ECA-USP, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/9788572051729>. Acesso em: 16 jul. 2024.

DABACO, I. Fear of Controversial Content: The Hidden Killer of Books and Classes. **Globus Mundi**, Sacramento, CA, v. 4, p. 46-51, 2024. Disponível em: <https://11nq.com/mhJWD>. Acesso em: 27 jul. 2024.

DUTRA, M. P. Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no Brasil e a censura, uma história ainda presente. **Ensaio Geral**, Niterói, n. 1, p. 65-80, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/170212>. Acesso em: 24 jul. 2024.

EBC. **Agência Brasil**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/veiculos/agencia-brasil>. Acesso em: 28 jul. 2024.

EDUCADOS para no pensar. [S. l.: s. n.], 2011. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Pedro Palatnik. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2nLAhBu1feM>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ESTADÃO CONTEÚDO. **Sobre o site**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.estadaoconteudo.com.br/servicos/sobrealt.htm>. Acesso em: 28 jul. 2024.

FERRAZ, A. R. **Do discurso da censura à censura do discurso**: narrativas jornalísticas sobre o direito à liberdade de expressão. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13075>. Acesso em: 09 jun. 2024.

FOLHAPRESS. **Apresentação**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://folhapress.folha.com.br/paginas/afolhapress/apresentacao/index.shtml>. Acesso em: 16 jul. 2024.

GUNTHER, C. R. Banned Down Under: Exploring Australia's censorship of literature through research for a podcast. **Catherine Gunther**, Austrália, 10 maio 2024. Disponível em: <https://encr.pw/kP4cd>. Acesso em: 27 jul. 2024.

IGREJA, P. R. Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil. **Ensaio Geral**, Niterói, n. 1, p. 119-143, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/view/47046>. Acesso em: 16 jul. 2024.

KNOX, E. J. M. Silencing stories: challenges to diverse books. **The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion**, Toronto, v. 3, n. 2, 2019. Disponível em: <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/ijidi/article/view/32592#>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MALTA, R. B.; FLEXOR, C. L. O.; COSTA, A. A. N. Uma nova velha história: sobre censura e literatura LGBT+. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, v. 61, p. 1-13. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40186110>. Acesso em: 15 abr. 2023.

OLIVEIRA, A. N.; CASTRO, J. L. Entre a censura e a disseminação: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade

humana. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, Porto, n. 7, p. 31-50, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag7a3>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SCABIN, N. L. C. Heranças censórias: mecanismos, efeitos e significado cultural da censura a livros em momentos de ditadura e democracia. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, Aracajú, v. 20, n. 2, p. 54–69, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/9615>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SOUZA, W. E. R. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245241.267-295>. Acesso em: 24 jul. 2024.